



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

PERSPECTIVAS DE FUTURO DE JOVENS CAMPESINOS: VIVER, SER E FAZER-SE

Wender Faleiro & Magno Nunes Farias

Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação e Desenvolvimento do Campo – NEPCampo & Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Ensino de Ciências e Formação de Professores – GEPEEC. Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão - Campus I Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1120. Setor Universitário - CEP 75704-020 – Catalão - GO. E-mail: wender.faleiro@gmail.com.

Apoio: FAPEG

Resumo: O presente estudo objetivou conhecer a realidade em que vivem os jovens estudantes do Ensino Médio de uma escola rural do interior do sudeste goiano, seus anseios e perspectivas sobre o futuro. A pesquisa é qualitativa. As famílias são estáveis e possuem acesso a bens e serviços essenciais, que à primeira vista lhes proporcionam uma boa qualidade de vida. Os jovens gostam da escola e da vida campestre, mas possuem uma rejeição de no futuro continuarem a viver ali, associam as difíceis condições econômicas e de trabalho como fatores inviabilizantes para permanecerem no campo, assim todos projetam em seus planos futuros a migração para a cidade, em busca de um futuro melhor.

Palavras-chave: Ensino Médio; Juventudes rurais; Projetos de futuro.



1 INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), formado por representantes do poder público (20) e da sociedade civil (40), foi criado em agosto de 2005 para realizar estudos e propor diretrizes para as políticas públicas voltadas aos jovens (Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005. Decreto nº 5.490 de 14 de julho de 2005) consideram como jovens as pessoas que se encontram entre os 15 e 29 anos de idade. Adentrar no universo da juventude e do Ensino Médio brasileiro é um desafio haja vista envolver várias conjunturas, concepções, preconceitos, sonhos, perspectivas de futuro, além das políticas públicas que envolvem essas duas temáticas, que ao mesmo tempo são singulares e plurais em suas especificidades e características dependendo dos espaços, tempos e contextos. Nesse estudo, ainda encontramos outro desafio para nossas discussões, o território rural, haja vista esse se encontra envolto de preconceitos. Assim, esse estudo pretende refletir mediante a literatura e nos dados conhecer as relações, identidades e projetos de futuro da juventude camponesa.

A juventude rural brasileira é pouco conhecida e reconhecida conforme Carneiro & Castro (2007), uma possível explicação pode ser o fato das juventudes rurais serem percebidas como uma população específica, uma minoria da população jovem do país (CASTRO, 2009). Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), em 2012, 10,5 milhões de brasileiros tinham de 15 a 17 anos de idade, desses estima-se que 4,5% vivam no campo, mesmo que em porcentagem represente uma minoria, em números absolutos (472.500) não é um contingente pequeno o qual deva ser desconsiderado, ou relegado a segundo plano.

Verifica-se na literatura e no senso comum, que o futuro dos jovens está nos grandes centros urbanos, que estes não possuem raízes com campo, que o campo é sinônimo de atraso econômico, social e cultural. Estigmas e ideologias que servem apenas para reforçar a invisibilidade e a negação dessa juventude como formadora de identidades e de demandas sociais. Castro (2009) chama a atenção que essa imagem de juventude desinteressada pelo campo e atraída pela cidade não é nova, desde o século XIX Pestalozzi chamava a atenção para essa problemática. E os estudiosos contemporâneos discutem essa questão como intrínseca ao processo de reprodução social do campesinato, e como consequência da supervalorização do urbano, em detrimento do rural.



Diante dos apontamentos apresentados nessa temática, mesmo que se observem alguns limites, assinalam que o as juventudes rurais enfrentam vários problemas do ponto de vista pessoal, social, econômico, cultural e identitário. Logo neste contexto, o presente estudo objetivou conhecer os a realidade em que vivem os jovens estudantes do Ensino Médio de uma escola rural do interior do sudeste goiano, seus anseios e perspectivas sobre o futuro.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é qualitativa, e foi realizada na região sudeste do Estado de Goiás, o qual se localiza no Planalto Central brasileiro, na região Centro-Oeste. O Estado de Goiás possui 40 Subsecretarias Regionais de Educação. A Subsecretaria Regional de Educação de Catalão (região Sudeste de Goiás) é integrada pelos seguintes municípios: Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos. A seleção da escola, o objeto desse estudo, seguiu os seguintes critérios: a) ser da Subsecretaria Regional de Educação de Catalão; b) oferecer Ensino Médio; c) estar situada na zona rural. Segundo o levantamento das Escolas de Ensino Médio da SRE – Catalão realizado por Faleiro & Alves (2015), a única escola que apresenta todos os critérios de seleção está localizada no município de Corumbaíba, GO. Essa Escola é denominada de Colégio Municipal Santa Terezinha, e oferece as três etapas da Educação Básica, está localizada no povoado do Areião, zona rural, distante 25 km da sede do município de Corumbaíba, GO. A escola oferece 0,4 (N=18) das matrículas do Ensino Médio oferecidas pela SRE-Catalão (FALEIRO & ALVES, 2015). Logo, se trata de uma escola pequena e com poucas matrículas no Ensino Médio, uma característica observada na maioria das escolas rurais brasileiras.

A população do estudo foi composta pelos alunos estudantes do Ensino Médio da escola selecionada. A amostra foi integrada pela totalidade de alunos oficialmente matriculados, presentes no dia da aplicação dos questionários e, que aceitaram esclarecidos e livres, em participar da pesquisa. Antes do início da coleta de dados foi realizada a etapa *de preparação*, na qual se consistiu na visita a escola para verificar o interesse em participar e solicitar autorização de coleta de dados ao gestor escolar.

Optou-se pela utilização do questionário como o principal instrumento de coleta de dados, pois permite a expressão anônima de concepções, crenças e valores com perguntas abertas e fechadas. Para maior conhecimento da temática e discussão dos resultados foi realizada a análise de materiais bibliográficos publicados em revistas científicas, documentos e decretos regulatórios



dessa modalidade de ensino nas esferas nacional e estadual, pois segundo Rodrigues (1999) a consulta de documentos é uma fonte poderosa, sendo ainda, uma técnica suporte a análise de necessidades.

A análise dos dados constituiu na organização sistemática dos dados coletados em planilha utilizando o programa Excel da Microsoft, por categorias e indicadores, com o objetivo de aumentar a compreensão sobre os fenômenos em estudo e facilitar a sua manipulação, sintaxe, procura de padrões, descoberta de aspectos importantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conhecendo a região do estudo - Situado no Sudeste de Goiás, o município de Corumbaíba é banhado pelo rio Corumbá. Teve sua origem no povoado denominado Arraial Novo dos Paulistas, formado na fazenda Arrepêditos, de Francisco das Neves e família Ferreira de Cubas. Em 1895 os proprietários da fazenda doaram à Igreja Católica uma gleba de terra de 200 alqueires para a formação de um patrimônio. Em 12 de Janeiro de 1905 o povoado foi elevado à categoria de Vila, ganhando a denominação de Vila Xavier de Almeida. Com a Lei Estadual nº 351 de 20 de julho de 1909, o povoado passou a se chamar Vila Corumbaíba, porque o local era banhado pelos Rios Corumbá e Paranaíba. Pela Lei 389, de 28 de maio de 1912, Corumbaíba passou a município, desmembrando-se de Catalão, GO (COSTA, 2012).

Por volta de 1940, uma escola foi construída no povoado de Areião pelos principais fazendeiros, destacando dentre eles Sebastião Pimenta de Pádua, João Carneiro Gondim, Antônio Carlos de Deus, Américo Abílio de Araújo e tinha como objetivo atender os seus filhos e também os filhos dos seus empregados, comerciantes e outros moradores da região. Na verdade a existência da escola esta diretamente ligada à existência do Povoado (PPP, 2012).

A escola construída naquela época recebeu o nome de Externato Social e, mais tarde, passou a ser denominada de Escola Reunida Santa Terezinha por sugestão de uma moradora da região que era muito devota a Santa Terezinha (PPP, 2012).

No ano de 1993 com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino aos residentes da zona rural e evitar o êxodo rural, transformou a escola numa Escola Polo, para isso foram construídas mais seis salas de aula, cozinha, secretaria e sala de professores. Nesse ano deu-se início o também



o transporte escolar, que até hoje, atende os alunos das fazendas próximas situadas num raio de até 30 quilômetros do povoado do Areião (PPP, 2012).

No ano de 1999 o Conselho Estadual de Educação autorizou o funcionamento da Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, e o Ensino Médio até dezembro de 2003, conforme item I da Res. C.E.E. de 04 de dezembro de 1998, a escola recebeu a denominação de Colégio Municipal Santa Terezinha, denominação que permanece até o momento, segundo a direção vigente, o Colégio atende 122 alunos do Jardim I à terceira série do Ensino Médio.

O Colégio possui uma área de 3.974,76 m², murado de alvenaria, a área edificada passou por reforma e ampliação, e está distribuído em quatro compartimentos conectados por corredores (dois cobertos e dois descobertos). Toda edificação é de alvenaria, rebocada, e pintada com cores claras, o piso é de cimento queimado, possuem 13 salas de aula bem ventiladas, com janelas e forro de PVC, não possuem cortinas e ventiladores. Possui uma cozinha com despensa e área de serviço. Dois banheiros. Um laboratório de informática, com cinco computadores conectados à internet. Um depósito. Um refeitório. Um escovodromo com sete torneiras. Um Galpão. Uma quadra poliesportiva, iluminada e com vestiários, e uma biblioteca informatizada.

O abastecimento de água é feito por um poço artesiano e uma cisterna, o abastecimento elétrico é feito pela Central Elétrica de Goiás, e não possui rede de esgoto, os dejetos sanitários são depositados em uma fossa séptica. A escola possui filtros de água (de barro e elétrico), para os alunos e professores.

Conhecendo os jovens do estudo - A amostra foi integrada pela totalidade dos alunos oficialmente matriculados, presentes no dia da aplicação dos questionários e, que aceitaram esclarecidos e livremente participar da pesquisa. No total, nove alunos (50% do total de matriculados) estavam presentes no dia da aplicação e responderam os questionários, teve-se uma distribuição equitativa entre os três níveis de seriação do Ensino Médio, com 33,3% (n=3) que cursavam o 1º ano; 22,2% (n=2) o 2º ano e 44,5% (n=4) o 3º ano.

Do total de estudantes (9), a maioria, é do sexo masculino (67,7%; n= 6). O mesmo foi encontrado no estudo de Puntel, Paiva & Ramos (2011) realizado na região Sul do Brasil, onde 66% dos jovens entrevistados eram homens. E no estudo de Teixeira & Freixo (2011), no Semiárido Baiano, que em 1999 constava o registro de 16 egressos, sendo desses, 75% (12) eram do sexo masculino.

A presença de homens no Ensino Médio no meio rural é diferente ao compararmos com a literatura de estudos sobre na zona urbana, onde encontra-se a predominância do sexo feminino.



Faleiro & Puentes (2016) do total de 1.040 estudantes pesquisados, 58,9%, eram do sexo feminino. O predomínio de mulheres, também, foi uma tendência em todas as 13 capitais estudadas por Abramovay e Castro (2003) onde o índice de matrículas no Ensino Médio é de 54% para as mulheres e de 46% para os homens. A presença de mulheres nos níveis mais elevados da educação é confirmada pelo INEP (2014), segundo o qual, a partir do Ensino Médio, as mulheres apresentam uma superioridade numérica em relação aos homens. Em nível nacional, homens de 19 anos, que possuem 11 anos de estudo representam 41,4%, enquanto as mulheres correspondem a 55,8%. Essa desvantagem continua, conforme o UNICEF (2014), 914.047 homens de 15 a 17 anos não frequentam a escola, contra 808.128 de mulheres. A região Sudeste apresenta o maior número absoluto de homens, nessa faixa etária, fora da escola são 334.068, seguido da região Nordeste com 288.828. No caso das mulheres, essas duas regiões também são as líderes Sudeste (276.158) e Nordeste (267.538), de mulheres, nessa faixa etária, que não estão frequentando uma escola (UNICEF, 2014).

A relação ideal idade/série estabelece que o aluno de 15 anos deva estar cursando o primeiro ano desse nível de ensino, o que levaria à sua conclusão aos 17 anos, a maioria dos alunos pesquisados (88,9%; n=8) está nessa faixa etária, assim distribuídos 1º ano (dois alunos com 15 anos; um com 16), 2º ano (dois alunos com 15 anos), e no 3º ano (dois alunos com 16 anos; um com 17; e um com 18 anos). Aqueles que estão acima dessa idade são considerados em atraso escolar, no presente estudo essa taxa foi 11,1%, e vale ressaltar que essa porcentagem representa apenas um aluno e o mesmo está com 18 anos e cursando o 3º ano. E esse resultado difere muito com os indicadores educacionais publicados pelo UNICEF (2014, p. 39) onde mostra a “situação dos estudantes da zona rural é pior que a dos da área urbana: 43,5% têm idade superior à recomendada, ante 30,6% daqueles que vivem na cidade”, e resalta que a taxa de distorção idade-série da zona rural mais alta do país está na região Norte (60,2%), seguida pela Nordeste (49,6%), e a única região que apresenta equilíbrio tanto na zona rural quanto na urbana é a Sul (23,3%).

Ressalta-se ainda a grande desigualdade entre os jovens que vivem na cidade e no campo, enquanto apenas 29,3% de jovens com até 19 anos que concluíram o Ensino Médio vivem no campo, essa porcentagem quase dobra em relação a essa idade de jovens urbanos, 51,9% concluíram esse nível de ensino (UNICEF, 2014), e isso não significa que a comunidade urbana está a frente da rural as duas necessitam de políticas e investimentos públicos para melhorar esse quadro e oferecer de fato uma educação de qualidade e transformadoras aos nossos jovens independente de qual território vivem.



Cor da pele - Solicitou-se aos alunos que definissem sua cor, apresentando-se como opções as categorias *branco, preta, amarela, parda, e indígena* (utilizada pelo IBGE nos censos demográficos), e obteve-se o predomínio de identificações de cor parda com 66,7% (n=6), seguida pela branca 22,2% (n=2) e 11,1 % amarelos (n=1). Como não foi objetivo desta pesquisa explorar mais detidamente os sentidos sobre a singularidade dos achados quanto à autoidentificação racial desses alunos, leva a crer que a conscientização da comunidade jovem pelos movimentos de entidades da cultura afrodescendentes, que estão mais presentes na mídia, e pela presença cada vez maior da valorização da cultura e da obrigatoriedade do estudo da história da população africana, presentes no ensino regular, estão surtindo efeitos positivos, como a conscientização da miscigenação do povo brasileiro e a valorização da cultura dos diversos povos.

A visão social é, muitas vezes, reforçada na escola e, sobretudo, na sala de aula, ampliando o processo de exclusão dos já excluídos socialmente, seja pela etnia, raça, classe social, capital econômico, social e cultural, religião, dentre outros. Pesquisas e estudos do campo educacional evidenciam o peso de variáveis como: capital econômico, social e cultural (das famílias e dos alunos) na aprendizagem escolar e na trajetória escolar e profissional dos estudantes. Romanelli (1994) diz que o nível de renda, o acesso a bens culturais e tecnológicos, como a Internet, a escolarização dos pais, os hábitos de leitura dos pais, o ambiente familiar, a participação dos pais na vida escolar do aluno, a imagem de sucesso ou fracasso projetada no estudante, as atividades extracurriculares, dentre outras, interferem significativamente no desempenho escolar e no sucesso dos alunos.

A visão econômica dos pais para propiciar estudo com acesso a materiais também influencia no perfil do aluno. Já em relação à questão cultural é influenciado pelo nível de estudo ou cultura que os próprios pais ou cuidadores tem ou tiveram de acesso. Na escola pesquisada pôde-se constatar que mais da metade das mães trabalham fora (66,% n=6) a maioria delas presta serviços como diaristas/domésticas na zona rural mesmo, e a maioria possuem carteira de trabalho assinada (83,4%, n=5, apenas uma não possui). Quanto aos pais, todos trabalham fora (100% n=8, pois, um pai é falecido), desses sete (87,5%) trabalham na zona rural, sendo que seis trabalham em atividades diretas com o campo (exemplo: vaqueiro, gerente de fazenda) e um trabalha como operador de caixa em um supermercado na zona rural, esses sete pais possuem carteira assinada. O outro pai é autônomo, sem carteira assinada, trabalha como eletricista e reside na zona urbana, município de Araguari, MG, e não convive com o aluno foco do estudo. Assim, pelos resultados a maioria dos alunos vive com o pai e com a mãe (77,8, n=7) exceto esse que o pai é separado e vive em outro



estado, e o outro que o pai é falecido. Tal fato é importante, pois relação entre a estrutura familiar estável com pais e mães podem favorecer os estudantes a terem melhores desempenhos nos estudos, pois em um ambiente familiar estável auxilia o sucesso escolar dos filhos, incentivando-os e demonstrando apoio nos estudos e na superação de desafios.

Todas as famílias possuem renda familiar inferior a três salários mínimos (distribuídos da seguinte forma: 33,3%, n=3 possuem uma renda familiar de até três salários; 44,45%, n=4 com até dois salários; 11,1%, n=1 com até um salário e 11,1%, n=1 disse não saber). Vale ressaltar que a maioria (66,67%, n=6) dos jovens estudantes entrevistados disse trabalhar fora para ajudar na manutenção da família, e nenhum desses possuem carteira de trabalho assinada, desempenham atividades de domésticas, diaristas, trabalhos rurais variados.

Quanto à estrutura familiar, todos os alunos entrevistados possuem irmãos, com idades que varia de seis a 21 anos de idade. A maioria (88,9%, n=8) possui até dois irmãos (distribuídos igualmente, metade (44,45%, n=4) com um irmão, e a outra metade com dois irmãos), e apenas um (11,1%) possui quatro irmãos. Configurando a vivência em família menos extensa, reproduzindo o cenário percebido das famílias urbanas. Dados semelhantes foram encontrados por Puntel, Paiva & Ramos (2011) que constataram que das famílias que moram no campo 44% é composta por três pessoas, 35% é composta por quatro pessoas, 17% por cinco pessoas, 4% possuem seis pessoas ou mais.

Os pais desses alunos possuem pouca instrução escolar, todos os pais estudaram até o Ensino Fundamental I (antiga 4ª série, sendo que 55,5% (n=5) completaram esse nível de ensino), as mães estudaram um pouco mais que os pais, 33,4% (n=3) concluíram o Ensino Médio; 44,45% (n=4) completaram o Ensino Fundamental II (até a antiga 8ª série) e apenas 22,2% (n=2) não completaram o Ensino Fundamental I (antiga 4ª série).

A maioria das famílias (55,6%, n=5) vivem em casa cedida pelos empregadores, dois (22,2%) moram em casa própria já paga, um (11,1%) em casa alugada, e a outra família (11,1%) em casa cedida por terceiros. A maioria das casas (77,8%, n=7) é de alvenaria, rebocadas e pintadas, duas (22,2%) são de alvenaria sem reboco, e uma (11,1%) é de placa pré-moldada. A maioria dos alunos (66,7%, n=6) julgaram suas casas estarem em bom estado de conservação, com poucos desgastes e totalmente utilizável; dois (22,2%) julgaram a casa estar em excelente estado, nova ou sem desgaste (reformada) e um (11,1%) disse que a casa em que reside com a família está em estado razoável e apresenta alguns problemas.



Percebe-se ao longo da descrição que as famílias possuem acesso a bens e serviços essenciais, que à primeira vista, lhes proporcionam uma boa qualidade de vida. Ao mesmo tempo percebe-se que esses jovens possuem fácil acesso à sede do município e a outras comunidades rurais, com o fluxo facilitado pelos meios de transporte e de comunicação, possibilitando-os uma ampla rede de relações, sem necessariamente que isso implique numa rejeição a um modo de vida rural.

Projetos de vida dos Jovens Estudantes

São várias, as possibilidades de viver, ser e fazer-se pessoa seja no meio rural, seja no meio urbano. Essa tessitura “humana” complexa é entremeada por fatores biológicos, psicológicos, sociais, culturais, e econômicos, onde a fonte propulsora da vida são seus sonhos, ora numa linguagem menos romântica são os projetos, que são constantemente planejados e replanejados.

Boutinet (2002) define projeto como uma antecipação justificada em experiências prévias:

Um grande número das realizações que concretizam a experiência humana são anteriormente interiorizadas, refletidas, antecipadas e orientadas pelo mecanismo do projeto. Este evitará que o indivíduo se deleite na compulsão da repetição, esforçando-se para criar o inédito, um inédito que mantenha um secreto parentesco com a experiência já realizada do indivíduo, com sua história pessoal. É esse parentesco, essa convivência não confessa – porque dificilmente observável – que dará significação ao projeto (Boutinet, 2002 p. 270).

Nesse sonho que se busca conquistar por meio do projeto está implicado o desejo de transformação, de sair de uma determinada situação rumo à outra, em busca do novo. Nesse planejamento ao futuro, todos nove jovens entrevistados, planejam trabalhar em atividades urbanas, sendo que desses apenas dois (22,2%) planejam continuar vivendo na atual propriedade rural, mas trabalhar em atividade não agrícola, os demais (77,8%, n=7) deixam claro o desejo de deixarem o campo rumo a cidade.

A maioria (66,7%, n= 6) planeja ir para a cidade ao findar o Ensino Médio para cursar um curso superior, dois deles sinalizam o ingresso no curso de veterinária e outro no curso de direito. Em suas falas ficam clara a relação que projetam nos estudos como sendo a forma de galgarem ascensão social: “Me mudar para a cidade, fazer faculdade, me formar, arrumar um bom emprego, comprar uma boa casa e um carro”(aluna, 16 anos, cursando o 3º ano).

Os outros três alunos (33,3%) tem planos diferentes, um não sabe, outro quer terminar o Ensino Médio e seguir a carreira de jogador de futebol, para isso vai se mudar para a cidade e fazer testes em clubes. E, o outro planeja terminar o Ensino Médio e mudar-se para a cidade a fim de conseguir um emprego.



Ao serem indagados de como é viver no campo, todos disseram gostar, e ser um bom lugar para viver, tranquilo, estão em contato com a natureza. Mas gostariam de mudar, pois na cidade teriam mais oportunidades e acesso a uma melhor educação. Como retratado na fala se gostariam de continuar morando no meio rural: “Não. É um bom lugar para morar, mas quero ir para a cidade, trabalhar e alcançar meus objetivos” (aluna, 16 anos, cursando o 3º ano).

Quando foram perguntados como pretendem alcançar esses planos, os oito (exceto o que não sabia ainda seus planos para o futuro e deixou em branco a questão), disseram que conseguiriam por meio de muito esforço, trabalho e dedicação.

A maioria (66,7%, n= 6) disseram que a escola e a família os ajudam no planejamento de seus projetos de futuro, contudo cinco não relataram como essas duas instituições os ajudam, apenas disseram que a escola ensina e a família quer um melhor futuro a eles. Desse grupo, apenas um melhor explicitou o apoio das instituições: “Sim ajuda a escola e a família. A escola da responsabilidade ensina tudo precisa dedicação e a família ajuda dando conselhos e incentivando planos termina os estudos e começa a trabalhar na cidade e criar uma estabilidade financeira” (aluno, 18 anos, cursando o 3º ano).

Os demais (33,3%, n=3) disseram que apenas a família os auxiliam no planejamento do futuro, e como a maioria não discorram de como seria esse auxílio. Três alunos (33,3%) disseram não possuir nenhuma pessoa com inspiração e/ou modelo para seguir. Dos demais (66,7%, n= 6), todos encontram modelo(s) na família como: avô (n=1); pai (n=1); mãe (n=1); pai e mãe (n= 1) mãe e padrasto (n=1) irmão (n=1), por se tratarem de pessoas honestas e que lutaram para conseguir realizar seus objetivos. E, além da família, citou ter uma inspiração fora da família, em um jogador de futebol.

Todos disseram que é bom estudar o campo, ressaltaram que os professores são bons e que a quantidade de alunos por sala os dá um ensino quase individual, que facilita a aprendizagem e a troca de experiências. Cinco (55,5%) disseram que é muito bom estudar no campo, mas a falta de verbas é um problema e eles tem menos “privilégios” do que os que estudam na cidade.

Percebe-se ao longo da descrição que os jovens possuem uma boa qualidade de vida no campo, que gostam de viver e estudar ali. Contudo, vê-se nos argumentos dos jovens entrevistados, que todos pretendem migrar para a zona urbana a fim de buscar trabalho e/ou estudo, e associam as difíceis condições econômicas e de trabalho como fatores que inviabilizam sua permanência no campo. O que nos leva a perceber uma visão dicotômica e idealizada de um futuro melhor a ser encontrada nos grandes centros, o que leva a refletir os dizeres de Zago (2013) o campo que exclui



é ao mesmo tempo idealizado por ser aquele que oferece “melhor qualidade de vida, com menos poluição, alimentação mais saudável”, mas é também um ambiente de adversidades, do trabalho “judiado, pesado, sem férias e de baixo rendimento”. E, Brumer (2007) chama a atenção de que o rural tende a ser ressignificado, abarcando não apenas as dinâmicas sociais internas aos espaços rurais, mas também as diversas formas de integração a espaços sociais mais amplos, estreitamente relacionadas ao mercado e à vida urbana (WANDERLEY, 2007), e assim ser uma possibilidade de maiores encontros e formação de identidades das pessoas com seu território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jovens camponeses do presente estudo possuem raízes identitárias com o campo, possuem uma boa qualidade de vida junto aos seus familiares, e gostam de viver e estudar ali. Contudo por questões econômicas, políticas e até mesmo ideológicas que propiciem melhores oportunidades de empregabilidade, os ‘forçam’ a colocar como o principal ‘projeto de futuro’ o que lhes garantirá oportunidades de ascensão social, econômica e até mesmo de encontro com a felicidade e realização pessoal a migração para os centros urbanos.

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Ensino Médio**: múltiplas vozes. Brasília: UNESCO, MEC, 2003. 662p.

BOUTINET, Jean-Claude. **Antropologia do projeto**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE. V. 32. 2012.

BRASIL, Conselho Nacional de Juventude. **Política Nacional de Juventude**: Diretrizes e Perspectivas. CONJUVE: São Paulo, 2006.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, DF: IBGE. 2010.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2014. 214p.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2013**: resumo técnico / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília: O Instituto, 2014. 39 p.

BRUMER, A. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa G (Orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-52.

CARNEIRO, M. J. & CASTRO, E. G. de (Eds.) (2007). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad/Nead/MDA/IICA.



CASTRO E. G. de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**. Universidad de Manizales y el Cinde, vol. 7, núm. 1, (enero-junio), 2009, pp. 179-208.

COSTA, E. H. **Corumbahyba, sua história, sua gente**, Goiânia: Kelps, 2012.

FALEIRO. W. ; ALVES, M. Z. . **Ensino Médio na SRE de Catalão, GO**. In: Claudia Tavares do Amaral & Juçara Gomes de Moura. (Org.). **O SABER E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO SÉCULO XXI: questões em debate**. 1ed.Curitiba: CRV, 2015, v. , p. 209-222.

FALEIRO, W; PUENTES, R. V. **Pontos e contrapontos do Ensino Médio**. Rio de Janeiro, 2016. 177p.

Projeto Político Pedagógico do Colégio Municipal Santa Terezinha, Areião, Corumbaiba: 2012.

RODRIGUES, A. P. **Metodologias de análise de necessidades de formação na formação profissional contínua de professores** – Contributo para o seu estudo. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação na área de formação de professores. Universidade Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. 1999.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes.1994.

SEPLAN-GOIAS. **Banco de Dados Estatísticos do Estado de Goiás** – SEPIN/SEPLAN 2014. <http://www2.seplan.go.gov.br/bde/imp.php>.

TEIXEIRA, A. M. F.; FREIXO A. A. **Pelos campos da juventude rural: educação e inserção profissional no semiárido baiano**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, UFBA, 2011.

UNICEF. **10 desafios do ensino médio no Brasil**: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos. [coordenação Mário Volpi, Maria de Saete Silva e Júlia Ribeiro]. 1. ed. – Brasília, DF: UNICEF, 2014.

WANDERLEY, M. de N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

ZAGO, N. **Migração rural-urbana, juventude e ensino superior**. 36ª Reunião Nacional da ANPED. Goiânia-GO, 2013.